

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea é fruto do trabalho de reflexão e de pesquisa desenvolvido junto ao grupo de pesquisadores que compõem o Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE) do Instituto de Psicologia da USP e o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Sociedade (GEPEES), da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Campus de Marília.

Os textos aqui apresentados expressam diversas abordagens a respeito do tema da Medicalização da Sociedade e da Educação que embasam a pesquisa *Aprendizagens e convivência na escolarização: fundamentos, evidências científicas e ações para o desenvolvimento humano e a implementação de políticas públicas na Educação Básica*, atualmente financiada pela FAPESP (Processo 2024/01116-7), em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC). As discussões foram realizadas em Seminários Internacionais de Pesquisa realizados nos anos de 2022 e 2023 e contaram com a participação de grupos de pesquisa brasileiros das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste e internacionais com representantes das universidades dos seguintes países: Angola, Argentina, Cuba, França, México e Portugal. Ademais, a organização da publicação compõe uma das atividades desenvolvidas em nível de pós-doutorado, financiado pelo CNPq (Processo 100540/2024-4).

Dividido em duas partes, a seguir apresentaremos os capítulos que compõem esta Coletânea, esperando que tais trabalhos possam contribuir para o aprofundamento da discussão sobre a Medicalização.

No primeiro capítulo, intitulado *Primeiras aproximações entre psicologia e educação em São Paulo: a medicalização das dificuldades escolares*, as autoras Alacir Villa Valle Cruces, Carmem Silvia Rotondano Taverna, Marilene Proença Rebello de Souza realizam um resgate histórico das relações entre a Psicologia e a Educação focando, eminentemente, as contribuições da Psicologia às políticas públicas em educação no Estado de São Paulo. Para tanto, descreve-se, inicialmente, as referências e os documentos que envolvem a psicologia científica em seus diversos formatos, inclusive e principalmente na formação de professores e na criação de laboratórios de Psicologia Experimental junto às Escolas Normais no estado de São Paulo. Pode-se verificar que atividades baseadas na ciência psicológica contribuíram de modo importante para as políticas públicas vinculadas à Secretaria da

Educação do Estado de São Paulo e, mais do que isso, elas também foram moldando uma determinada prática profissional em Psicologia Escolar e Educacional, posteriormente criticada por concepções relativas à inteligência, à aprendizagem e ao desenvolvimento infantil que contribuíram para a patologização dos comportamentos, para a medicalização e estigmatização de crianças e jovens.

No capítulo dois, *Das instituições de cuidado: uma sistematização crítica bibliográfica sobre medicalização na saúde e educação*, Hélio Roberto Braunstein e Marilene Proença Rebello de Souza procuram articular à proposta de pesquisa matricial internacional multicêntrica, com o objetivo de contribuir para a construção de um “Observatório Internacional sobre Medicalização” (inicialmente intitulado como “Observatório Internacional de Ações Pedagógicas para Infância e Adolescência “Alain Gussot”), que pretende ser um marco importante para incrementar trocas, propostas e ações no campo da Psicologia na sua relação com a Educação e a Educação Especial, bem como apresentar um banco de dados pioneiro quanto à relação entre Educação, Saúde, Assistência e Garantia de Direitos, por meio de recursos e tecnologias digitais interativos, operativos, com participação e visão multidisciplinar e comunitária e colaborativa. Esta pesquisa, quantitativa e qualitativa, envolveu um levantamento sobre mais de 350 artigos científicos, além de mais de 50 publicações que constitui um inventário por meio de uma sistematização crítica e compreensiva sobre a produção científica escrita nos últimos vinte anos sobre o tema “medicalização” enquanto conceito e prática no Brasil, a partir das diferentes áreas de conhecimento, articulado principalmente com questões diagnósticas e interventivas sobre as supostas dificuldades nas dinâmicas escolares de ensino, aprendizagem e desenvolvimento na Educação. Ademais, buscou identificar e analisar concepções críticas e que apresentam uma perspectiva promotora de desenvolvimento humano, entendidas por “Instituições de cuidado numa perspectiva ética”, envolvendo ações multidisciplinares e multiprofissionais de diagnóstico e intervenção e que refletem de alguma forma o embate e a construção de políticas públicas Inter setoriais, Inter secretariais para a melhoria da qualidade do ensino, da educação no Brasil. Como resultados percebe-se um expressivo incremento crescente de produção em pesquisa e de artigos científicos sobre o tema medicalização, nos últimos vinte anos e em mais de vinte diferentes áreas de conhecimento e atuação principalmente no campo da saúde e da educação, em todo o território nacional.

Intitulado *Medicalização na relação saúde-educação: drogas psicoativas, diagnósticos e políticas neoliberais*, de Maria José da Silva, Camila Sanches Guaragna, Sandra Maria Fodra e Marilene Proença Rebello de Souza, o terceiro capítulo tem por objetivo apresentar aspectos que constituem a cultura de medicalização presente na sociedade, com ênfase nos processos educacionais e sua relação com a área de saúde. Constitui-se de quatro partes: a) a apresentação do contexto da medicalização e a utilização de drogas psicoativas na infância; b) a patologização da educação e seu aprofundamento em decorrência da Pandemia; c) a conjuntura neoliberal e sua influência nas políticas educacionais e d) alternativas de enfrentamento à medicalização por meio de políticas intersetoriais e de problematização do tema. Considera-se que as reflexões presentes possibilitem um olhar mais ampliado para os contextos sociais, econômicos e políticos e suas implicações para a vida diária de cada um de nós, em diferentes espaços institucionais e nas políticas de educação e de saúde, com ênfase em políticas públicas intersetoriais.

No quarto capítulo, *Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres adolescentes para o UNICEF no Brasil de 2000 a 2020*, de Cristina Simone de Sousa Reis, Elenilde Lucena de Souza Martins, Fernanda Teixeira de Barros Neta, Sueli Marques Ferraz e Jessica Lanne de Souza Silva Ikuma, procura mostrar que ao longo dos últimos séculos, acompanha-se processos de dominação, opressão e violências diversas quanto às vidas das mulheres. Ou seja, que os preconceitos de gênero, o sexismo, a medicalização dos corpos das mulheres, a disciplina na docilização dos corpos e a biopolítica na regulação da vida dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres são questões relevantes na sociedade atual que necessita ser analisada e desnaturalizada. A partir de pensadores clássicos e contemporâneos e diversos estudos já realizados, o texto almeja questionar as práticas direcionadas a este grupo social e conclui que tais práticas são envoltas de discursos que se dizem políticas afirmativas e equitativas que visam o bem-estar social, mas que ao fim e ao cabo muitas vezes perpetuam e reforçam o já concebido, pois partem de uma medida comum, de um padrão que forma modelos pelo conjunto de normas estabelecidas socialmente.

No capítulo quinto, intitulado *UNICEF, crianças e adolescentes na realidade brasileira: a construção da infância e adolescência medicalizada e judicializada em nome da proteção*, Flávia Cristina Silveira Lemos, Valber Luiz Farias Sampaio, Marcelo Ribeiro de Mesquita, Patrícia Furtado Félix e Daniel Castro Silva, partem do contexto histórico de que as crianças na

Idade Média eram vistas como adultos em miniaturas com a bravura e a força física dos guerreiros adultos. A infância era compreendida apenas como um período de transição que era logo ultrapassado e cuja lembrança também era logo apagada, indicando com isso que nesse período o sentimento encantador da tenra infância que hoje cultivamos era inexistente e não havia um cuidado específico e diferenciado para as crianças até meados do século XIX. Da mesma forma a adolescência, não era reconhecida e tão pouco era foco de atenção especial como hoje costuma ser, sendo que a adolescência não pode ser apenas compreendida como apenas uma fase de transição que se faz definida por limites fisiológicos ou jurídicos, mas sim como uma fase marcada por características peculiares e únicas. A partir dessas análises, é possível afirmar que as táticas do UNICEF constituem estratégias de controle disciplinar e biopolítico das condutas de crianças e adolescentes, por meio do argumento médico-psicológico que os oferece vida maximizadas, visando à normalização de suas maneiras de viver, de pensar, de se comportar, de se desenvolver, de cuidar de si, de construir seu futuro, para garantir assim uma caminhada para tornar adultos conformados e docilizados politicamente, e produtivos e que não ocasionarão prejuízos para o Estado e à sociedade.

No sexto capítulo, Rachel Siqueira Dias, Flávia Cristina Silveira Lemos, Francinete Maria Rodrigues Carvalho, Manoel Ribeiro de Moraes Júnior e Arthur Elias Silva Santos trata de *Medicalização do suicídio e biopolítica na sociedade neoliberal*, discutindo a medicalização do suicídio como uma ação relevante na sociedade contemporânea. Para os autores, há uma preocupação crescente com questões de saúde mental e sofrimento psíquico na relação com a finitude e o limite da vida em termos de dignidade e a linha divisória da eutanásia e do suicídio na atualidade. Assim, pensar especificamente aspectos ligados ao aumento de tentativas de interromper a vida e o quanto esta realidade tem sido medicalizada e de que modo é um assunto bem atual na sociedade neoliberal. O neoliberalismo disfarça a sua força coercitiva, visto que instaura a ideia de que o sujeito do rendimento é livre, sob a ótica do empresariamento de si, a liberdade exercitada pela competição, os processos econômicos, e a busca por regulação e controle permanente, desse indivíduo é exigido que esteja à altura dos novos desígnios do capitalismo neoliberal.

Intitulado, *Medicalização de crianças em um serviço de saúde mental, educação e a gestão de documentos: uma perspectiva psicossocial*, o sétimo capítulo, de Daniele Vasco Santos, Flávia Cristina Silveira Lemos,

Ana Carolina Farias Franco e Robenilson Moura Barreto, visa trazer uma discussão a respeito das práticas de medicalização de crianças, a partir da problematização de ações que operam pela produção da anormalidade. Critica-se a patologização de existência dos corpos que foram psiquiatrizados e definidos como portadores(as) de transtornos mentais a partir de uma racionalidade biomédica. Interrogar o poder psiquiátrico a partir da captura que ele realiza de crianças em seus processos de desenvolvimento é uma atitude crítica diante do presente que se apresenta como imperativo ético, estético e político. As problematizações efetuadas aqui não implicam situarmo-nos em posições afirmativas de quais modos moralmente corretos de comportar-se das crianças, famílias e dos profissionais, em suas práticas. Os efeitos do aprendizado não formal, da aquisição de determinadas habilidades, das transgressões de certas regras sociais, de “não ir bem na escola” são diversos e podem ser flagelantes.

No capítulo oito, *Mães medicalizadas e medicalizantes pelo UNICEF: efeitos das colonialidades de gênero*, as autoras Fernanda Teixeira Barros Neta, Flávia Cristina Silveira Lemos, Daiane Gasparetto da Silva, Giane Silva Santos Souza e Cyntia Santos Rolim trazem algumas análises problematizadoras de algumas práticas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que tentam produzir mulheres mães medicalizadas e medicalizantes, em um dispositivo de colonialidade constituído pela naturalização da maternidade e dos modos de ser mãe mulher. Trata-se de uma interrogação de documentos acessados, na página desta agência multilateral, na internet, em português. Especialmente, selecionou-se um relatório denominado “Kit Família Brasileira Fortalecida”. O trabalho foi realizado por uma perspectiva histórico-documental, a partir dos trabalhos genealógicos de Michel Foucault na História Cultural em articulação com os estudos decoloniais.

No nono capítulo, nomeado *Medicalização de mulheres em serviços de saúde e violência de gênero*, de Karine Helaine de Lima Coelho, Flávia Cristina Silveira Lemos, Rafaela Habib Souza Aquime, Luciana Batista da Silva, Heidiany Katrine Santos Moreno, trata da inserção de profissionais de psicologia na área da saúde pública como um campo crescente que se deu a partir da década de 1980, num contexto histórico marcado por mudanças no sistema público de saúde. A partir de um literatura qualificada, são abordadas as consequências da emergência histórica desse deslocamento do trabalho do psicólogo do âmbito da atividade clínica no contexto liberal privado, para uma atuação no âmbito multifacetado das políticas públicas, quer seja na

assistência social e na saúde pública. Conclui, que a atuação do profissional da psicologia, especialmente, na saúde pública envolve a interlocução com outras disciplinas, a problematização de conceitos como subjetividade, práticas clínicas e psicossociais no âmbito das políticas públicas e questões sobre formação e necessidade de produção de conhecimento para atuar no campo da saúde pública.

Interseccionalidade e educação: considerações sobre diferença no cotidiano educativo, de Cristiano Hamann, Renata Plácido Dipp e Andreia Mendes dos Santos, que compõe o capítulo décimo, discute as implicações éticas e políticas da articulação entre perspectivas interseccionais e educação. Compreendida como forma de ação identificatória e analítica das desigualdade e opressões, demonstrando a complexidade e plasticidade das problemáticas sociais, a postura interseccional explícita e dá subsídios a uma multiplicidade de ações em contextos educativos. Na esteira dessa discussão, em consonância com a proposta de olhar para trânsitos do cotidiano e convivência escolar numa perspectiva interseccional, este estudo procura revisitar algumas problemáticas do campo da educação em uma postura analítica crítica das estruturas de poder institucionalizadas em nossa sociedade. São apresentados alguns fundamentos da Interseccionalidade, através dos quais é possível reconhecê-la como estratégica para a explicitação de problemáticas usualmente invisibilizadas em organizações educativas, para a sensibilização dos sujeitos e ação no campo. Também são indicados elementos significativos no que concerne ao cotidiano e convivência escolar, aspecto discutido neste ensaio através dos estudos da deficiência. Considera-se que o campo de diálogo com estudos da deficiência é um exemplo paradigmático do desafio na construção de uma leitura de mundo e produção educativa que possa legitimar, e comemorar, a diferença como potência de vida. De forma transversal, considera-se que o movimento de incorporação de leituras interseccionais possibilita apresentar alguns campos de ação que são relevantes para o reconhecimento da multiplicidade das experiências educativas e necessários a uma postura profissional alinhada à uma leitura emancipatória de educação.

No capítulo onze intitulado *As cruzadas político-religiosas antigênero na Abya Yala: alguns esboços e reflexões sobre a história da construção do gênero ocidental contemporâneo*, Fernanda Ferreira Chaves mostra que na maior parte dos países da América Latina, em diferentes graus, as cruzadas antigênero, enquanto movimento político-econômico-social-religioso, afetaram negativamente a inclusão de temas relacionados a gênero e

sexualidades na educação pública, compondo o cenário de ataque à produção intelectual sobre gênero nas ciências humanas, sociais e de saúde. O capítulo se propõe resgatar o processo de histórico de formação cisheteropatriarcal-colonial da América Latina (AL) e suas implicações sócio-culturais. A discussão retoma alguns referenciais teóricos decoloniais, feministas e da Psicologia Histórico-cultural a fim de explicitar os impactos das cruzadas antigênero na AL. Neste sentido, urge fomentar embates teóricos e pesquisas, em diferentes áreas da ciência, sobre a categoria gênero, esta que foi pensada justamente para denunciar as estruturas e discursos que estabelecem as hierarquias nas relações sociais, a fim de revelar caminhos epistêmicos transgressores e emancipatórios no enfrentamento contundente à ofensiva política neoliberal e moral-religiosa. Por essa razão, é imperiosa a construção de uma ciência decolonial feminista crítica que considere o conhecimento popular, os saberes emergentes e que tome como prioritária a luta das margens e periferias e das pessoas que são historicamente oprimidas e invisibilizadas pelo sistema, para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com decolonização e a promoção da diversidade humana.

No capítulo doze, os autores Andreia Valqueresma, Rosa Soares Nunes, Anna Maria Dalmonico Moser, Sofia Castanheira Pais e Joaquim Luís Coimbra, abordam a *Medicalização da educação e da sociedade: dos desafios da escolarização ao desenvolvimento de práticas interdisciplinares na educação básica*, mostrando que a reflexividade da vida social, como característica central das sociedades em que vivemos, assim como o acréscimo de sentido da responsabilidade social da academia trazem a uma nova luz a análise de tendências gerais de patologização de segmentos da vida humana e social e/ou de medicalização e psicologização de problemas, nomeadamente decorrentes da confrontação com tarefas e atividades de aprendizagem e de trabalho. Assim, afigurando-se como um processo social complexo e de cariz sistêmico, têm vindo a multiplicar-se as perspectivas críticas em torno dos impactos associados a abordagens medicalizadas dos problemas pedagógicos e de saúde no contexto educativo e da opção biomédica subjacente à sua compreensão e controle sociais. Ancorada num princípio de normalização social, esta abordagem secundariza a complexidade das relações, expressões e manifestações dos processos subjetivos de desenvolvimento psicológico, descontextualizando e culpabilizando qualquer trajetória de desenvolvimento não linear. A este nível, o papel desempenhado pelos agentes educativos emerge como determinante para a superação das injunções do modelo médico.

O presente capítulo procura trazer alguma luz a este debate, questionando modos habituais e hegemônicos de pôr o problema e explorando possíveis caminhos para o desenvolvimento de intervenções que promovam uma saída mais humanizada e emancipadora que limite e contarie os impactos da medicalização e psicologização escolar, com conseqüente implicação na dimensão das práticas educativas. Além de uma breve revisão da literatura recente, serão apresentadas algumas estratégias que promovam a capacitação de profissionais da escola e da comunidade para a análise crítica e para uma intervenção questionadora de abordagens meramente biologizantes, medicalizadas, psicologizadas e desempoderadoras do processo educativo, capazes de estimular a autonomia e agência de crianças e jovens para lidar criativamente com os seus problemas e desafios.

O décimo terceiro capítulo intitulado *Covid-19 e medicalização da educação: uma reflexão paradigmática*, de Rafael Santos de Aquino, Nadja Maria Acioly-Régnier e Ana Maria dos Anjos Carneiro Leão, partem da crise sanitária da Covid-19 que provocou perdas e danos em diversas áreas da vida em sociedade. Como todo processo de crise impôs uma adaptação profunda. Primeiro, porque essa crise não se restringiu apenas à área da saúde que, estando no centro, afetou as demais áreas sociais como a educação. O nosso objetivo é contribuir na compreensão do adoecimento da educação e da sociedade através da crise sanitária de Covid-19 como um fenômeno sindêmico em vez de pandêmico. Para tanto, discorreremos sobre a conceituação de pandemia e sindemia; relacionamos as visões de classificações da crise sanitária mundial com os paradigmas científicos cartesiano e complexo; e buscamos ilustrar a hipótese do adoecimento da educação através de dados empíricos construídos através de um questionário aplicado em entrevista por videoconferência aos estudantes do quarto ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, em Salgueiro, Pernambuco. A turma é composta por catorze estudantes entre 16 e 18 anos de diferentes culturas ou etnias como indígenas Atikum e Truká, quilombola, sertanejos e urbanos. As análises são feitas considerando inicialmente a opinião dos estudantes sobre o ensino remoto e a percepção de adaptação à essa modalidade didático-pedagógica e uma segunda etapa em que a análise é feita em consideração de oito fatores importantes que implicam em uma percepção ampla e complexa da crise sanitária como as relações culturais, as condições socioeconômicas, o processo didático-pedagógico, a infraestrutura tecnológica, a saúde psicoemocional, os aspectos afetivos e interpessoais,

as habilidades e competências e o estado motivacional dos estudantes. A medicalização da educação em tempos de Covid-19 requer a consideração do conceito de sindemia em vez de pandemia e conseqüentemente exige a adoção do paradigma científico da complexidade.

O capítulo quatorze, denominado *Psicologia, políticas educacionais e medicalização: análise de proposições legislativas no Congresso Nacional brasileiro*, de Fauston Negreiros e Marilene Proença Rebello de Souza faz um estudo que objetiva identificar e analisar o conjunto de proposições legislativas (PL) sobre a temática da psicologia e políticas educacionais dos últimos 10 anos no Congresso Nacional brasileiro, visando contribuir para a atuação de psicólogos na área de Psicologia Escolar e Educacional. Para isso, foi realizado um levantamento de PLs no interstício de 2010 a 2019, nas duas casas legislativas que formam o Congresso Nacional brasileiro: Câmara dos Deputados e Senado Federal. Foram encontradas 177 PLs, ocupando diferentes situações; são 58 arquivadas, 97 tramitando e 22 aprovadas. Por meio das análises, foram construídos eixos temáticos, resultando em: Políticas para Educação Inclusiva; Políticas Intersetoriais; Inserção e atuação do psicólogo escolar; Políticas de melhoria para a educação; Políticas de Atendimento à diversidade; e Políticas de formação e prática de professores. Em síntese, foram identificadas perspectivas educacionais com características e traços do viés da medicalização em 36 PLs, correspondendo a 20,33% do total de proposições encontradas. Quanto às posições na processualidade legislativa, nenhuma dentre as aprovadas tem teor medicalizante, enquanto que 21 PLs entre as arquivadas e 15 PLs em tramitação revelaram tendências medicalizantes. Não obstante, mesmo constatada a presença de um modelo de escola mais justo e equitativo sendo construído através das PLs aprovadas e em tramitação no Congresso, ainda se encontram resquícios de uma lógica enraizada e pautada em concepções reducionistas e culpabilizadoras dos estudantes.

Em *As influências e ressonâncias da afetividade na saúde mental de professores em formação na visão dos formadores: por uma atividade profissional humanizada*, de Ricardo Francelino, Alonso Bezerra de Carvalho e Nadja Maria Acioly-Régner, que compõe o capítulo quinze, é abordado a ação da afetividade sobre os processos de construção de conhecimento e desenvolvimento como tema central em inúmeras obras que se propuseram a desvendar os enigmas da mente humana. Se considerarmos as paixões como a expressão de uma experiência de afetividade, vamos constatar que desde a Grécia Antiga até a modernidade o tema fora discutido e estudado.

Do período moderno para o contemporâneo, uma mudança foi percebida, o debate sobre as paixões cede lugar para o debate das emoções e suas manifestações no corpo, marcando o início das discussões científicas sobre a vida afetiva. Mesmo que ao longo dos tempos essas teorias demonstrem as limitações de suas proposições teóricas e em muitos casos inconsistências teóricas descobertas pelo avanço científico, elas foram fundamentais para a evolução do pensamento e estruturação das ciências como hoje conhecemos. Elas influenciaram a maneira como a sociedade de uma forma geral e a escola especificamente se organizaram. Aqui elas retomadas, para se pensar acerca da saúde mental de professores e sobretudo das condições de trabalho a que estes profissionais estão submetidos, o capítulo se propõe discutir algumas questões ligadas ao afeto na formação de professores e a visão que os formadores possuem da ação da afetividade para o trabalho docente, para a partir desta, buscar uma melhor compreensão das variáveis que incidem sobre o processo de formação de professores, no que tangem o universo relacional e a saúde mental dos mesmos.

No décimo sexto capítulo, intitulado, *O desafio da inclusão de práticas pedagógicas interculturais nos programas escolares*, o professor Fortunato Pedro Talani Diambo, de Angola, trata da textura atual, dos mosaicos culturais, dos países de quase todo mundo, resultante da diversidade étno-linguístico e cultural dos povos, por um lado, aliada a globalização, fato que favorece e/ou facilita a transculturalidade, por outro lado, faz com que, a grande maioria dos países, sejam multiculturais, por natureza original do seu povo, ou por influência da transculturalidade, provocada pela frenética mobilidade das pessoas e suas culturas, tornando-as, cada vez mais, cidadãos do mundo. Refletindo em torno desta realidade, a par da importância dos valores, das representações e manifestações, dos saberes de cada cultura constituinte, implicam grandes desafios aos Estados, fundamentalmente, no que tem que ver, com a concepção de políticas educativas e práticas pedagógicas, que se ajustem a realidades multiculturais, impulsionando uma verdadeira reinvenção da escola, tendo sempre em atenção a diferenciação cultural, que caracteriza o contexto escolar. Com base na literatura especializada, no presente capítulo, fazem-se reflexões sobre os desafios da necessidade da formação de professores para ambientes multiculturais, a consciencialização das pessoas, sobre a diferença cultural, como promotor de riqueza do conhecimento, na medida em que, não existem culturas vazias. Sobre a função social da escola, e que configuração tem de ter, sendo um contexto naturalmente intercultural. Reflete-se ainda, sobre os

desafios do professor em salas de aulas interculturais, bem como, a concepção de estratégias e/ou recursos pedagógicos, para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem em contextos multiculturais.

Por fim, no capítulo dezessete, de Guillermo Arias Beatón, intitulado *Desarrollo psíquico: determinismo biológico o desarrollo cultural*, a proposta é fazer uma análise, com um certo enquadramento histórico, das concepções biológicas que estiveram, desde o início, nas explicações do desenvolvimento humano. Para isso, o autor parte dos estudos evolutivos e das diferentes concepções que os acompanham e da forma como estes impactaram as explicações do desenvolvimento psicológico humano. Para tanto, destaca não apenas as implicações científicas destas concepções, mas também as implicações ideológicas que os acompanham. Tudo isto para ilustrar como as situações que surgem com a medicalização estão em perfeita conformidade com estas posições biológicas e com as suas implicações científicas e ideológicas. Além disso, como para todas estas análises, o autor se apoia na abordagem histórico-cultural, ao enfatizar o papel das relações sociais para o desenvolvimento humano e, especificamente, a importância dentro delas de uma educação de qualidade; defende que a abordagem aos problemas que ocorrem nas crianças com diferentes tipos de dificuldades deve ser preventiva e através da educação e apenas em situações muito extremas devem ser utilizados recursos médicos e os correspondentes tratamentos, se necessário, mas, mesmo em conjunto com os processos educativos ajustadas às características desses alunos, pois mal utilizadas podem produzir efeitos nocivos.

Marilene Proença Rebello de Souza

*Instituto de Psicologia
Universidade de São Paulo*

Alonso Bezerra de Carvalho

*Faculdade de Filosofia e Ciências
Universidade Estadual Paulista*